



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conjuntura: O exercício de 2025 fortaleceu a percepção de que estamos vivenciando um ambiente global crescentemente complexo. Esta percepção tem sido confirmada a partir de uma sequência de choques desde o início da década que se provaram inéditos ou que foram vivenciados por gerações bem anteriores à atual: pandemia, fortes fricções nas cadeias logísticas e de suprimentos globais, inflação de dois dígitos em economias desenvolvidas, disseminação de tecnologias disruptivas (clouding e IAs, por exemplo), tensões geopolíticas envolvendo potências militares e/ou nucleares. Em 2025, a economia mundial perdeu dinamismo diante da combinação entre desaceleração cíclica, dilemas de política econômica (relutância dos bancos centrais em reduzir juros por temores de perda de controle sobre a inflação bem como à escassa margem de discricionariedade fiscal no geral para estabilizar economias onde a desaceleração é mais intensa), choques prolongados (conflitos geopolíticos persistentes), mas também um novo choque provocado por políticas comerciais fortemente protecionistas, seja de forma discricionária ou retaliatória, afetando países e blocos economicamente hegemônicos no qual comentaremos adiante. De acordo com o FMI, o crescimento global deve registrar 3,2%, inferior ao observado em 2024, refletindo o esgotamento de estímulos fiscais e monetários temporários no geral e o aumento da incerteza decorrente do recrudescimento de medidas protecionistas e disputas bilaterais de grande escala.

Nesse contexto, a política tarifária adotada pelos Estados Unidos a partir de abril (o “tarifaço”) dominou as análises e debates no exercício e exigiu recalibragem de modelos preditivos ante a um choque de oferta que, se antecipado como promessa de campanha do presidente Trump, surpreendeu por sua amplitude e intensidade ao introduzir uma tarifa universal de 10% sobre a maioria das importações combinada a aumentos unilaterais substantivos sobre diversos parceiros. China, por exemplo (seu maior parceiro comercial), teve sua tarifa efetiva elevada a cerca de 45% em meados de 2025 (Federal Reserve Bank de St. Louis). Estudos do BIS demonstraram que tais tarifas produziram perdas de produção entre países integrados às cadeias de suprimento norte americanas, além de provocar efeitos inflacionários e realocação de oferta no curto prazo. Segundo o CEPR, a persistência de tais medidas pode vir a provocar fortes distorções das cadeias globais de valor com implicações estruturais ao comércio, eficiência produtiva e precificação internacional. Tais perspectivas foram ampliadas diante do prolongamento de conflitos geopolíticos e bélicos –notadamente entre Rússia e Ucrânia e a escalada de tensões no Oriente Médio - eis que reforçam incertezas sobre fluxos comerciais, cadeias de suprimentos e preços de energia, embora sem impactos abruptos sobre o crescimento global no curto prazo. A América Latina experimentou um crescimento moderado em meio ao ambiente global mais adverso. Segundo o FMI, a atividade regional manteve-se estável em 2025 com leve vésies de desaceleração ante ao enfraquecimento do comércio internacional e das condições financeiras ainda restritas. O Tarifaço, por seu turno, afetou de forma desigual o bloco: enquanto a atividade no México sofreu revisões baixistas marcantes, Argentina, Chile, Colômbia e Peru mostraram sinais de recuperação gradual conforme a inflação cedeu e possibilitou a adoção de políticas monetárias menos restritivas. Nesse conjunto, o balanço regional manteve-se heterogêneo, refletindo exposição distinta às cadeias globais de valor, aos fluxos de capitais e aos preços de commodities.

No Brasil, o cenário doméstico refletiu a interação entre esse ambiente externo e condições internas já há muito restritivas quando se considera fôlego fiscal e juros reais prolongadamente muito acima dos níveis históricos. O Banco Central projetou crescimento do PIB em 2,3% para 2025, em linha com a moderação da demanda interna, menor estímulo fiscal e o efeito cumulativo da política monetária restritiva que persiste desde 2021 após um breve descontingenciamento em 2024. A inflação medida pelo IPCA encerrou 2025 em 4,26%, enquanto a taxa SELIC foi mantida em 15% ao ano durante todo o primeiro semestre de 2025 ante à estratégia de assegurar a convergência da inflação à meta de 3% ao ano (±1,5 p.p.). Esta combinação de inflação convergente à meta e juros nominais altos levou o país a ostentar uma das mais altas taxas reais de juros no mundo com sérios impactos sobre a fragilidade financeira no setor privado.

O mercado de crédito refletiu de forma aguda essa conjuntura. O país registrou recorde histórico de recuperações judiciais em 2025, com alta de 24,3% em relação a 2024 segundo dados do Monitor RGF. A análise publicada pelo ConJur destaca que esse movimento revela falhas estruturais no modelo de crédito brasileiro, marcado por anos de liquidez elevada, concessão excessivamente permissiva, insuficiência de garantias e forte expansão baseada em alavancagem de modo particularmente intenso no agronegócio. Nesse setor, dados da Serasa Experian apontam que o 3º trimestre de 2025 registrou mais que o dobro do número de pedidos de recuperação judicial em relação ao ano anterior e o maior volume da série

histórica, contemplando desde produtores pessoa física a grandes grupos, bem como cadeias integradas, particularmente soja e pecuária. Em que pese um número relativo pequeno ao total de empresas domiciliadas no país, sua tendência ao longo tempo vem-se confirmando como uma proxy à evolução dos níveis de inadimplência corporativa e mesmo à sinistralidade no seguro de crédito doméstico.

A deterioração foi igualmente visível no crédito às famílias. A inadimplência de pessoas físicas com atraso superior a 90 dias atingiu 7,0% em dezembro de 2025 no sistema financeiro nacional ante a 5,4% em 2024 (crédito livre, dessazonalizado), Banco Central do Brasil - SGS/Notas para a Imprensa. Em paralelo, a inadimplência corporativa do sistema atingiu 3,2% (crédito livre) ante a 2,7% em 2024. Neste grupo, o ano encerrou com inadimplência próxima ao pico da série histórica pós-pandemia (3,8% em 12/2023) e ainda sem sinais de reversão de tendência, assim indicando uma deterioração mais intensa ao que inicialmente projetou-se a partir das séries originais, corroborado pelos recordes do número de pedidos de recuperação judicial desde 2023.

Desempenho:

A conjuntura provou-se desafiadora eis que exigiu critérios mais rigorosos de seletividade e prudência na subscrição de riscos, o que sacrificou um crescimento mais expressivo e condizente ao nosso desempenho histórico de forma a conter um avanço potencialmente ainda mais expressivo de nossa sinistralidade.

O exercício 2025 registrou um crescimento de 3% em nossos Prêmios Ganhos. Como no ano anterior, 2025 foi marcado pelo bom desempenho na retenção e expansão da nossa base de clientes, mesmo com ajustes em nossa oferta de seguros que perseguiram aumento de prêmios, eficiência na alocação de capital e maior retenção de riscos por parte dos segurados. Este desempenho compensou a menor emissão de prêmios de ajuste e mesmo de prêmios provisionais na emissão das apólices como consequência da introdução de franquias maiores e do menor volume de limites discricionários, além de fatores alheios à nossa gestão, como apreciação cambial reduzindo valor das vendas seguradas (especialmente em commodities e nos seguros de crédito à exportação), queda de preços finais ou menor atividade de nossos segurados na margem e em setores representativos de nossa carteira segura (eletrônicos, informática, agricultura, papel & celulose, siderurgia).

A sinistralidade encerrou o exercício representando 162% de nossos prêmios ganhos, desempenho fortemente influenciado pela inadimplência no agronegócio doméstico no qual os sinistros notificados pelos segurados neste setor representaram 48% dos fluxos totais de sinistros e equivaleram a 78% dos prêmios ganhos totais, apesar do setor representar apenas 13% dos prêmios. Neste segmento, a sinistralidade mostrou-se mais concentrada em uma única apólice (44%, 72% e 6% respectivamente). Em virtude da sinistralidade desta mesma apólice continuar a impactar o desempenho consolidado da Seguradora pelo segundo ano consecutivo, bem como as perspectivas ainda mostrarem-se desafiadoras conforme exercícios de mapeamento de créditos vencidos nesta carteiras com maior probabilidade de notificação de sinistros no futuro, a administração constituiu provisão específica de IBNR para esta apólice no curso de absorver potenciais sinistros futuros que vierem a ser notificados (saldo de R\$ 50.000 mil em 31/12/2025, sendo esta provisão refletida em nossos indicadores consolidados de sinistralidade). Outros setores que contribuíram mais sensivelmente a este desempenho foram: (a) Financeiro (bancos, FIDCs, securitizadoras etc.), no qual os sinistros notificados representaram 16% dos fluxos totais de sinistros e 27% dos prêmios ganhos totais, em que pese o setor representar cerca de 7% dos prêmios; (b) Informática & Telecom (11%, 18% e 12%, respectivamente); (c) Farmacêutico (4%, 7% e 1%, respectivamente). Excluindo estes setores, nossa sinistralidade teria encerrado o exercício equivalendo a 51% dos prêmios ganhos. Ou seja, 1/3 dos prêmios ganhos apropriados em 4 setores de alta sinistralidade eleva este indicador de 51% para 162%.

Relativamente às despesas, nossos Custos de Aquisição aumentaram 14% tendo em vista de uma maior fração da carteira de novos negócios haver sido intermediada por corretores. Despesas Administrativas cresceram 14% principalmente pela expansão do número de colaboradores (Pessoal Próprio) e por despesas relacionadas à mudança da sede da Seguradora inaugurada oficialmente em 01/10/2025 (Localização e Funcionamento). Nosso Resultado com Resseguro variou R\$ 203.108 positivo, eis que negativo no exercício 2024 ante ao efeito dos Ressarcimentos da recuperação dos sinistros indenizados do grupo Americanas, e positivo em 2025 diante de um quadro de alta sinistralidade como comentado anteriormente. Por fim, nosso resultado líquido somou R\$ 15 milhões, redução de 38% em relação a 2024 decorrente dos efeitos acima reportados.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Notas Explicativas	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Circulante		611.959	593.867
Disponível - Caixa e Bancos		-	2
Equivalentes de caixa		20.371	56.347
Aplicações	5	163.934	129.570
Créditos das operações com seguros e resseguros		193.067	159.881
Prêmios a receber	6.1	155.898	141.192
Operações com resseguradoras	6.2	37.169	18.689
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	219.866	234.063
Outros valores e Bens	8	568	414
Títulos e créditos a receber		666	526
Créditos tributários e previdenciários	9.1	666	526
Despesas Antecipadas Operacionais		210	171
Custos de aquisição diferidos - Seguros	10	13.277	12.893
Não circulante		96.507	93.239
Realizável a longo prazo		90.495	92.224
Aplicações	5	7.810	6.830
Créditos das operações com seguros e resseguros		37.812	41.342
Prêmios a receber	6.1	37.812	41.342
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	37.287	38.447
Outros Valores e Bens	8	1.507	116
Empréstimos e depósitos compulsórios		35	35
Custos de aquisição diferidos - Seguros	10	6.044	5.455
Imobilizado - Bens móveis	11.1	5.428	769
Intangível	11.2	584	245
Total do ativo		708.466	687.106

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros Reserva Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	40.489	1.996	37.910	-	80.395
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	23.925	23.925
Constituição de Reservas	-	1.195	22.730	(23.925)	-
Em 31 de dezembro de 2024	40.489	3.191	60.640	-	104.320
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	14.769	14.769
Aumento de Capital Social	-	-	(24.000)	-	(24.000)
Constituição de Reservas	24.000	739	14.030	(14.769)	24.000
Em 31 de dezembro de 2025	64.489	3.930	50.670	-	119.089

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. (“Seguradora” ou “Companhia”), situada na Avenida Paulista, 2300 - 16º andar, Bela Vista - São Paulo, foi constituída em 5 de setembro de 2006 e autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 2.568, de 1º de dezembro de 2006, tendo o início de suas operações de seguros com emissão de apólices a partir de 1º de setembro de 2007. A Seguradora tem por objeto social a operação de seguros de crédito e garantias, em todo o território nacional. A Sociedade tem como controlador a Atradius Crédito y Caución S.A. de Seguros y Reaseguros, sediada na Espanha. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e algumas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo Atradius.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que inclui a Lei das Sociedades por Ações e as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de suas operações. A apresentação segue os critérios estabelecidos no plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras pela Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos Instrumentos Financeiros, reconhecidos no balanço pelo valor justo. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021, a Demonstração dos Fluxos de Caixa está sendo divulgada pelo método indireto. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 25 de fevereiro de 2026. **2.2.1. Pronunciamentos Contábeis ainda não adotados:** CPC 50 - “Contratos de Seguro”: Norma que visa a substituição do CPC 11 (Contratos de Seguro), após um processo de revisão das normas internacionais de contabilidade feito pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). O Objetivo é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. Este pronunciamento será aplicável quando referendado pelo órgão regulador. A Administração da Seguradora está avaliando os impactos da norma acima e/ou aguardando a aprovação da SUSEP, em consonância com o Grupo Atradius. CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A nova norma vai substituir o IAS 1 - “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. A nova norma aprimora a estrutura da demonstração do resultado, princípios de agregação e desagregação de informações, bem como novos requisitos de divulgação, especialmente no que se refere às medidas de desempenho definidas pela administração. Não há impactos esperados no reconhecimento ou mensuração dos itens, nem no resultado líquido da Seguradora. Eventuais efeitos estarão relacionados à forma da apresentação das informações, incluindo a classificação de juros nas demonstrações de fluxo de caixa. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** **2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. To-

das as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3.2. Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de R\$ 20.371 (R\$ 56.349 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à saldos em conta corrente local e estrangeira. Fundos de investimentos que antes eram alocados nessa conta foram transferidos para ativos financeiros por sua natureza. **2.5. Ativos financeiros:** **2.5.1. Classificação e mensuração:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **2.5.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **2.5.1.2. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **2.5.1.3. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das contas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **2.5.2. Impairment de ativos financeiros:** **2.5.2.1. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber):** Com a aplicação da Circular nº 678/2022 a Seguradora realizou novos estudos para calcular a probabilidade de default que seus ativos possam vir a ter. A provisão para riscos sobre créditos é constituída com base em um estudo realizada pela Seguradora analisando a probabilidade de perdas estimadas. No caso de prêmios a receber, como a Seguradora nunca teve um histórico de perdas ocasionado por PDD, não realiza constituição de impairment nos valores citados. A provisão para riscos sobre créditos com resseguradores é analisado a probabilidade de default que a Resseguradora tem e é aplicado um percentual sobre seus ativos de resseguro. No que diz respeito ao CPC 48 a Companhia realizou um estudo para verificar a possibilidade de ajuste ao valor de mercado. A Seguradora trabalha exclusivamente com dois tipos de investimento: Títulos públicos - LFT's que possuem Risco Brasil, a Seguradora não tem a necessidade de aplicar um *impairment* nesses saldos visto que seu ajuste já é feito a valor justo mensalmente utilizando a taxa Selic, e quotas de fundos de investimento de renda fixa, além do próprio índice disponibilizado pelo banco emissor dos títulos. Com base nas avaliações apresentadas a Seguradora entendeu não necessidade de aplicar uma redução do valor recuperável em títulos de LFT's

A Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. reforça seu compromisso com a diversidade, a inclusão e a adoção de práticas que promovam equidade entre seus colaboradores. A Seguradora atua continuamente para manter um ambiente de trabalho justo e alinhado à legislação brasileira, com ações voltadas especialmente à equidade salarial entre gêneros. Em atendimento à Lei nº 15.177/2025, que atualiza o artigo 133 da Lei das S.A., a empresa passará a divulgar, ao final de cada exercício, a quantidade e o percentual de mulheres por nível hierárquico, bem como demais informações requeridas pela referida norma. Nesse contexto, apresentamos a seguir os dados relativos à Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A., conforme exigido pela legislação aplicável.

Nível	Quantidade	Proporção de Funcionários	Proporção Salarial (total)
Diretor(a)	-	0%	0%
Expatariado	-	0%	0%
Gerente	7	29%	25%
Coordenação	1	4%	4%
Analista	2	8%	7%

Perspectivas:

Projetamos um balanço de riscos menos favorável em 2026 em sequência à mesma projeção antecipada nesta mesma sessão em nossas Demonstrações encerradas em 31/12/2024.

A conjunção de (a) juros reais persistentemente elevados, (b) aumento da inadimplência, (c) recordes de insolvências corporativas oficiais e (d) reconfiguração produtiva, comercial e financeira global tal como encerramos 2025 traz um cenário pouco animador para 2026.

Em que pese a convergência da taxa de inflação medida pelo IPCA à meta possibilitar alívio dos juros conforme sinalizado pelo COPOM em sua primeira reunião neste ano, há incertezas se a velocidade com o qual se conduzirá esta distensão produzirá efeitos suficientes para reverter a tendência de aumento da inadimplência do setor privado. Tais incertezas se justificam porque, simultâneo aos cortes de juros, espera-se uma desaceleração da atividade e, por conseguinte, contração do crescimento da renda disponível, tendência já percebida nos dois últimos trimestres e que pode, dependendo da intensidade da desaceleração, comprometer as condições de rolagem e capacidade de serviço da dívida dos agentes privados mais alavancados.

No cenário externo, além da possibilidade de continuidade da escalada das tensões geopolíticas abordadas anteriormente, a manutenção de políticas fortemente protecionistas pelos Estados Unidos deve começar a produzir efeitos mais sensíveis e mudanças mais estruturais conforme os recuos e retaliações tornem-se mais raros, as negociações mantenham-se rígidas e assimétricas em sua maior parte, e as tarifas excepcionais sejam sustentadas por muito mais tempo. Tal cenário exigirá câmbios profundos aos agentes privados e mesmo aos países impactados ao impor ajustes estruturais que, como em todos os choques de oferta negativos, geram perdas para todas as partes envolvidas, bem como assimetrias na distribuição das mesmas.

Portanto, esperamos conviver num cenário onde a avaliação de riscos permanecerá desafiadora eis que fortemente incerta e com balanços de riscos assimétricos. Neste contexto, a tomada de decisões de riscos continuará a exigir maior seletividade e prudência.

A *Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.* vem-se preparando a este cenário ao reforçar suas competências de análise e monitoramento aos riscos de crédito, bem como fortalecendo suas reservas prudenciais, ao passo que mantem sua flexibilidade para adaptar-se rapidamente a um câmbio de perspectivas se assim exigida. Mais uma vez manter-nos-emos vigilantes aos desafios deste cenário, sempre feís à nossa cultura de prudência na subscrição de apólices e aceitação de riscos. Esperamos, mais uma vez, demonstrar nossa resiliência como nos últimos exercícios quando elementos similares eram esperados ou surgiram de forma não antecipada em seu decurso. Em todas estas circunstâncias pudemos comprovar nossa capacidade de perseguir e alcançar grande parte de nossos objetivos tanto de curto como de longo prazo, assim buscando confirmar nossa vocação de viabilizar o desenvolvimento das operações do grupo Atradius no Brasil de maneira consistente e sustentável.

Agradecimentos:

A administração da Seguradora agradece a confiança de seus segurados, corretores, colaboradores e acionistas, reafirmando o seu compromisso no empenho de esforços para manter tal merecimento.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Notas Explicativas	2025	2024
Prêmios emitidos	6.1a	135.202	163.727
Variações das provisões técnicas de prêmios	17	286	(31.766)
Prêmios ganhos	18	135.488	131.961
Sinistros ocorridos	18	(219.984)	(2.425)
Custos de aquisição	18	(17.169)	(15.102)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	17	(369)	(674)
Resultado com resseguro	17	129.620	(73.488)
Receitas com resseguro		232.942	235.362
Despesas com resseguro		(103.322)	(308.850)
Despesas administrativas	17	(19.956)	(17.501)
Despesas com tributos	17	(4.442)	(4.834)
Resultado financeiro	17	22.350	22.495
Resultado operacional		25.538	40.430
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(46)	98
Resultado antes dos impostos e participações		25.492	40.528
Imposto de renda	19	(6.565)	(10.244)
Contribuição social	19	(3.883)	(6.101)
Participação sobre o resultado		(275)	(258)
Lucro líquido no exercício		14.769	23.925
Quantidade de ações (em milhares)		42.658	42.658
Lucro líquido por ação - R\$		0,3462	0,5609

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	14.769	23.925
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	14.769	23.925

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	14.769	23.925
Ajustes de itens que não afetam o caixa	3.441	2.352
Depreciações e amortizações	1.488	345
Ganhos Cambiais sobre Caixa e equivalentes	1.953	2.007
Lucro/prejuízo do exercício ajustado	18.210	26.278
Variações das contas patrimoniais	(34.718)	25.065
Aplicações Financeiras	(35.345)	(56.123)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(29.656)	(54.023)
Títulos e créditos a receber	(140)	275
Ativos de resseguro - provisões técnicas	15.357	(123.706)
Outros Valores e Bens	(1.546)	35
Despesas antecipadas	(39)	(1)
Custos de aquisição diferidos	(972)	(2.739)
Impostos e contribuições	10.487	16.511
Outras contas a pagar	3.305	2.184
Débitos das operações com seguros e resseguros	16.590	106.533
Depósito de Terceiros	-	(3)
Provisões técnicas - seguros	(12.759)	136.122
Caixa gerado nas atividades	(16.508)	51.343
IRPJ e CSLL pagos	(11.029)	(15.259)
Caixa líquido gerado / Consumido nas atividades operacionais	(27.537)	36.084
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(5.935)	(516)
Intangível	(551)	(307)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(6.486)	(823)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(34.023)	35.261
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.347	23.094
Perdas cambiais sobre Caixa e Equivalentes de caixa	(1.953)	(2.007)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.371	56.347

para o exercício de 2025. Já investimentos de alta liquidez que a Seguradora tem com o Banco do Brasil, ela aplica um percentual de *impairment* para calcular o risco de *default* desses investimentos.

Ativos de Resseguro

	Saldo		RVR
Ativo de Resseguro	31/12/2025	% RVR	Constituído
Valores à Receber do Ressegurador (Indenização)	20.263	0,15%	30,00
Sinistros - Pendentes de Pagamento	61.896	0,15%	93,00
(-) Estimativa de Salv. e Ressarcidos Resseg - Psi	(3.103)	0,15%	(4,00)
Ibner - Resseguro	2.517	0,15%	4,00
Ibner Resseguro	79.599	0,15%	120,00
(-) Estimativa de Salv. e Ressarcidos Resseg- Ibner	(1.712)	0,15%	(3,00)
Provisão de Despesas Relacionadas - Resseguro	699	0,15%	1,00
Sinistros - Pendentes de Pagamento Judicial	745	0,15%	1,00
Provisão de Despesas Relacionadas- Resseguro Jud	81	0,15%	-
Total	160.985,00		242,00
Ativos Financeiros			
	Saldo		RVR
	31/12/2025	% RVR	Constituído
RF CP EMPRESA AGIL	25.096	0,1140%	28
FUNDO BB RF LPCORP	51.439	0,1140%	59
Total	76.535		87
Redução ao Valor Recuperável			
		2025	2024
Ativos de Resseguro		(242)	-
Ativos Financeiros		(87)	-
PDD		-	(76)

continuação



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6. Ativos relacionados a resseguros: A cessão de resseguros é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar seu risco ou eventual perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados. Os ativos de resseguro são representados por prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, cujo período de risco esteja ativo, e por sinistros indeniza- dos aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperados junto ao ressegurador.

2.7. Contratos de seguro: A Seguradora classifica todos os contratos de seguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial nos quais o evento segurado ocorre comparado com cenários nos quais o evento segurado não ocorre. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro signifi- cativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto e específico, afetá-lo adversamente. **2.8. Custos de aquisição diferidos:** Os Custos de Aquisição Diferidos (CAD) são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. **2.9. Imobilizado:** Está mensurado ao custo sendo que sua depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme as seguintes taxas anuais: equipamentos e veículos - 20% e móveis - 10%. **2.10. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** **2.10.1 Provisões e passivos contingentes:** Referem-se a obriga- ções presentes, decorrentes de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros para a confirmação ou não de sua existência. São classificadas como (a) perdas prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) perdas possíveis, as quais são divulgadas, quando relevantes, sem que sejam provisionados e (c) perdas remotas, que não requerem provisão e divulgação. Estas classificações são avaliadas por consultores jurídicos e revisadas periodicamente pela Administração da Seguradora. Os va- lores são baseados nas notificações dos processos administrativos ou judiciais e atualizados mensalmente, conforme Nota 15.1.3. Destacamos que não há ações fiscais e trabalhistas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. **2.10.2. Obrigações legais:** Referem-se às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitu- cionalidade são objetos de contestação judicial e são reconhecidas pelo valor integral em discussão, permane- nentemente registradas até a fase de trânsito em julgado. **2.11. Passivos de contratos de seguro:** **2.11.1. Provisões Técnicas:** A Seguradora utiliza as diretrizes do CPC 11 e da Circular SUSEP 678/2022 para avaliação dos contratos de seguro e aplica o Teste de Adequação de Passivos (TAP), dentre outras políticas. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores e da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, cujos critérios, parâme- tros e fórmulas são documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA) descritas a seguir: (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela dos prêmios correspondentes ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela Seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. A metodologia ba- seia-se na apuração de um percentual de atraso sobre a PPNG calculada pela data de emissão. Este per- centual é obtido com base em um triângulo de *run-off* dos prêmios dispostos por início de vigência e emissão, considerando como data base um mês de defasagem da data de apuração da provisão. A consti- tuição da PPNG-RVNE é realizada pela multiplicação deste percentual pela PPNG por emissão constituída no mês de apuração. (c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, líquida dos ajustes do cosse- guo, quando aplicável. Os sinistros avisados e ainda pendentes, que compõem a PSL, podem ser classifica- dos em sinistros administrativos e sinistros judiciais. A estimativa inicial da Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativos (PSLa), considera o saldo devedor relativo à cobertura em que ocorreu o sinistro, bruto de resseguro. A constituição da Provisão de Sinistros a Liquidar Judiciais (PSLj) considera a melhor estimativa de desembolso de caixa, o valor em risco indicado pelos advogados, abrangendo pela cobertura do seguro e a probabilidade de perda indicada pelos advogados. A mensuração da estimativa de PSL também conside- ra (i) o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, refletindo a expectativa de altera- ção do montante provisionado ao longo do processo de regulação, sendo estimada por meio de triângulos de *run-off* de sinistros pagos e sinistros incorridos. Para se chegar ao IBNeR, subtrai-se da estimativa de Sinistros Ocorridos e Ainda Não Pagos a estimativa de IBNeR e a PSL constituída caso a caso e (ii) o ajuste decorrente do abatimento em função da expectativa de recuperação em ressarcimentos. (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, é utilizado o triângulo de *run-off* de sinistros avisados. A referida provisão é reduzida pela expectativa de ressarcimento, que consiste no cálculo de um percentual histórico com base na razão entre ressarcimentos recebidos e sinistros pagos, o qual é aplicado sobre a provisão IBNR inicial, gerando a ex- pectativa de ressarcimentos sobre os sinistros ainda não avisados. (e) A Provisão de Despesas Relaciona- das (PDR) visa cobrir as despesas relativas às indenizações de sinistros. A PDR é constituída através da soma de duas parcelas: a soma dos valores das despesas relacionadas aos sinistros já conhecidos e pen- dentes de pagamento (PDR PSL) e da expectativa dos valores das despesas relacionadas com sinistros ocorridos e ainda não avisados (PDR IBNR). As estimativas das despesas de sucumbência relativas aos casos judiciais pendentes são adicionadas a parcela de PDR PSL. (f) A Redução ao Valor Recuperável (RVR) em conformidade com a normativa SUSEP 678/2022, a seguradora realizou um estudo para avaliar a pro- babilidade de inadimplência de devedores duvidosos, substituindo a normativa SUSEP 517/2015. Com base em análises internas e no histórico de atrasos, foi notado que a seguradora não possui nenhum histórico de perdas atrelados a atrasos ou inadimplência. Assim, a Redução ao Valor Recuperável (RVR) atual não é mais calculada para prêmios a receber. A seguradora mantém atualizado seus relatórios para caso tenham mudanças ela volte a atribuir um percentual para esses casos. Já para o campo de ativo de resseguro a seguradora realizou um estudo para avaliar o risco de default que os resseguradores que ela tem contrato possuem. Com esse risco seria aplicado um ajuste nos passivos de resseguro (Ativo de PSL, IBNR Ressegu- ro, IBNeR Resseguro, PDR e Salvados e Ressarcidos). Em 2025 foi aplicado uma taxa de 0,15% que re- presenta o risco de default que a Seguradora tem com seus ativos de resseguro. **2.11.2. Teste de Adequação dos Passivos (TAP) (Liability Adequacy Test (LAT)):** Conforme requerido pelo CPC 11, Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores e seguindo o manual de Orientações sobre Teste de Adequação de Passivos (TAP) e Ajuste Econômico do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) relacionado ao TAP, elaborado pela SUSEP e disponibilizado ao mercado segurador em maio de 2024 em cada data de balanço a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Segundo a norma da SUSEP, o TAP deverá ser realizado bruto de resseguro e, o resultado do TAP será apurado pela diferença entre os passivos atuariais recalculados e as Provisões Técnicas constituídas (líquidas de Custos de Aquisição Dife- ridos e de Ativos Intangíveis). As provisões técnicas a serem consideradas no TAP são as seguintes: a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG); b) Provisão de Prêmios Vigentes, Mas Não Emitidos (PPNG-RV- NE); c) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL); d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR); e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). O resultado do TAP se positivo, deverá ser reconhecido na Pro- visão Complementar de Cobertura (PCC). As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) para a curva de Cupom de IPCA e pela SUSEP para a curva pré-fixada. A taxa de juros a termo pré-fixada e do cupom IPCA foram obtidas a partir dos parâmetros informados respectivamente pela SUSEP e pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2025. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo préfixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, as despesas administrativas e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa de sinistros ocorridos, já refletido pela ex- pectativa de despesas alcovêas e sinistros e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo de sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas foi comparado a soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE, líquidas dos custos de aquisição diferidos relacionados diretamente ao negócio. Para apuração do TAP, foi selecionada a sinistralidade dos sinistros finais (*ultimates*) dos últimos 12 meses, ob- tida na análise de IBNR, com data base de 31 de dezembro de 2025. Os sinistros finais projetados líquidos das expectativas de ressarcimento e brutos de despesas diretas com sinistros foram divididos pelo prêmio ganho do mesmo período gerando uma sinistralidade de 87,83%. Utilizou-se uma premissa de despesa (administrativa/outras despesas operacionais) de 8,67%, relacionada à manutenção do negócio. Essa pre- missa foi baseada nas demonstrações financeiras dos últimos 12 meses. A Seguradora repassa em resse- guo 97%, em média, dos prêmios emitidos, conforme demonstrado na Nota 4.2.4. As demais premissas relacionadas no CPC 11 não foram utilizadas pela Seguradora ou por não terem impacto significativo no cálculo ou por não serem aplicadas aos produtos comercializados. O resultado dos Testes de Adequação de Passivos dos exercícios fínidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertu- ra (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-base.

Grupo de Ramo

	Provisões contabilizada	Fluxo Realista	Suficiência
Crédito Interno (0748)	151.708	128.151	23.557
Crédito Exportação (0749)	13.177	10.898	2.279
	164.885	139.049	25.836

2.12. Principais tributos: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% do lucro para fins de tributação nos termos da legislação em vigor (Nota 9.1). As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. Tais créditos tributários são reconhecidos à medida que a Seguradora apu- ra prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social (Nota 9.1). **2.13. Benefícios a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e são registra- das segundo o regime de competência. **2.14. Capital social:** O capital social da Seguradora corresponde a capital estrangeiro e está representado por 42.657.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (Nota 16.1). **2.15. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora, conforme Nota 16.3. **2.16. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, conforme abaixo: (a) Os prêmios de seguros e as despesas de co- mercialização são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e retido simultaneamente ao recebimento do prêmio. O recolhimento é realizado de acordo com a legislação vigente. (b) A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retor- no. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora redu- z o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas: Na preparação das demonstrações financeiras, a Se- guradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa, incluem, mas não se limitam: aos títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, os créditos tributários, as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. **3.1. Estimativas e ju- gamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O componente no qual a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é a constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar. Desta forma, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e outros fatores que entende como relevantes e utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. **3.2. Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabili- de (impairment) de ativos financeiros:** A Seguradora a partir de 2024 segue as normas do CPC 48, substituindo CPC 38. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros e (II) redução ao valor recuperável (*impairment*).

4. Gestão de riscos: A gestão de riscos é um processo formal usado para identificar os riscos e oportu- nidades, ferramenta para estimar o impacto potencial de eventos e da mesma forma fornecer um método para tratar esses impactos com objetivo de mitigar as ameaças até um nível aceitável para alcançar as oportunidades. O objetivo da gestão de riscos não é eliminar os riscos, no entanto, é gerenciar os riscos envolvidos em todas as atividades para aumentar as oportunidades e diminuir os efeitos adversos. Esta divisão em três frentes na Seguradora: Primeira linha de defesa: As próprias áreas, individualmente, têm a responsabilidade primária de identificar, gerir e comunicar os riscos. Segunda linha de defesa: A função do Gestor de Riscos é supervisionar as atividades da primeira linha de defesa, deve ainda auxiliar a companhia na melhoria contínua da estrutura de governança, provendo metodologias e ferramentas adequadas. Outras funções de controle tais como os Controles Internos e Compliance atuam de forma complementar para o gerenciamento de controle de riscos. Terceira linha de defesa: A função da auditoria interna é de fornecer uma garantia independente sobre a eficácia do ambiente de gestão e controle de riscos (supervisão sobre a primeira e segunda linha de defesa). **4.1. Gestã de riscos de seguro:** A Seguradora tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Seguradora são: (a) manutenção de controle centralizado de subscrição para garantir que as políticas e os procedimentos sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; (b) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios propostos pelos corretores; e (c) o risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição. Fica estabelecido como parâmetro de precificação a tarifa de prêmio adotada pela Atradius Crédito y Caucción S.A de Seguros y Reaseguros, baseado nos resultados estáveis de subscrição alcançados em mais de 80 anos, que, aliado à oportuna linha de contratação mantida neste seguro, avalizam a suficiência global das tarifas adotadas. A tomada de decisão é efetuada somente após análise do resultado dos seguintes procedimentos: • Gestão de sinistralidade; • Identificação de concentração de uma carteira em um setor de atividade econômica; • Identificação de crise na economia local ou mundial que afetem no agravamento dos riscos de créditos; • Análise do comportamento dos segurados no que concerne à preservação do bem segurável e quanto à regularidade no cumprimento de suas obrigações contratuais. As operações de seguro de crédito somente são aceitas mediante cobertura de resseguro. Quando do aviso de sinistro, a Seguradora registra a “reser- va de sinistro inicial” levando em consideração o montante avisado e posteriormente (durante a análise) o montante coberto; a adequação da reserva de sinistro ao montante suficiente à cobertura é efetuada após a regulação do processo de sinistro. A Seguradora utiliza das seguintes fontes de subscrição, internas e externas, para tomada de decisão: • Proposta de seguro; • Pedido de cobertura, por meio de Questionário de Solicitação de Seguro de Crédito; • Canais de comercialização: visitas às áreas de crédito do segura- do, bem como aos seus clientes passíveis de cobertura do seguro; • Relatório de desempenho setorial; • Estudos mercadológicos; • Informações disponibilizadas pelas agências provedoras de informações de crédito; • Informações obtidas através de outras fontes externas, tais como: meios de comunicação (ex.: jornais, Internet, TV, rádio e publicações especializadas). Periodicamente, são realizadas reuniões entre os colaboradores da Seguradora a fim de verificar outras medidas possíveis a serem adotadas, objetivando a mitigação dos riscos de subscrição. **4.1.1. Análise de sensibilidade da sinistralidade:** Objetiva de- monstrar os principais impactos gerados sobre o resultado e o patrimônio líquido da Seguradora no caso de variações favoráveis ou desfavoráveis em premissas e variáveis observadas nos contratos de seguros, dado a característica e o perfil desses contratos. Os testes de sensibilidade requerem avaliações e proje- ções subjetivas que mesmo suportadas por dados históricos de mercado, possuem limitações na obtenção dos resultados analisados. O teste levou em consideração a realização de estresses nos percentuais de acréscimo ou diminuição dos sinistros ocorridos na ordem de 50%, 40% e 25% para acréscimos e 5% para decréscimo, com o objetivo de verificar os impactos no resultado e no patrimônio líquido da Seguradora.

	31 de dezembro de 2025	
	Saldo Contábil	Impacto no Patrimônio Líquido
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 50% na PSL	90.313	2.121 (30.104)
Aumento de 40% na PSL	84.292	1.980 (24.083)
Aumento de 25% na PSL	75.261	1.768 (15.052)
Decréscimo de 5% na PSL	57.198	1.344 3.010
Aumento de 50% no IBNER	(3.868)	(92) 1.289
Aumento de 40% no IBNER	(3.610)	(85) 1.031
Aumento de 25% no IBNER	(3.223)	(76) 645
Decréscimo de 5% no IBNER	(2.450)	(58) (129)
Aumento de 50% no IBNR	118.202	1.371 (39.401)
Aumento de 40% no IBNR	110.322	1.280 (31.521)
Aumento de 25% no IBNR	98.502	1.143 (19.700)
Decréscimo de 5% no IBNR	74.861	868 3.940
Aumento de 50% na PDR	1.067	18 (356)
Aumento de 40% na PDR	996	17 (285)
Aumento de 25% na PDR	889	15 (178)
Decréscimo de 5% na PDR	676	12 36
Aumento de 50% na PSL Judicial	1.215	97 (405)
Aumento de 40% na PSL Judicial	1.134	91 (324)
Aumento de 25% na PSL Judicial	1.012	81 (202)
Decréscimo de 5% na PSL Judicial	769	62 40
Aumento de 50% na PDR Judicial	133	11 (44)
Aumento de 40% na PDR Judicial	124	10 (35)
Aumento de 25% na PDR Judicial	111	9 (22)
Decréscimo de 5% na PDR Judicial	84	7 4

	31 de dezembro de 2024	
	Saldo Contábil	Impacto no Patrimônio Líquido
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 50% na PSL	84.227	1.935 (28.076)
Aumento de 40% na PSL	78.612	1.806 (22.460)
Aumento de 25% na PSL	70.189	1.613 (14.038)
Decréscimo de 5% na PSL	53.344	1.226 2.808
Aumento de 50% no IBNER	(5.090)	(228) 1.697
Aumento de 40% no IBNER	(4.750)	(213) 1.357
Aumento de 25% no IBNER	(4.241)	(190) 848
Decréscimo de 5% no IBNER	(3.224)	(144) (170)
Aumento de 50% no IBNR	139.966	1.139 (46.655)
Aumento de 40% no IBNR	130.635	1.063 (37.324)
Aumento de 25% no IBNR	116.638	949 (23.328)
Decréscimo de 5% no IBNR	88.645	722 4.666
Aumento de 50% na PDR	1.140	16 (380)
Aumento de 40% na PDR	1.064	15 (304)
Aumento de 25% na PDR	950	14 (190)
Decréscimo de 5% na PDR	722	10 38
Aumento de 50% na PSL Judicial	1.164	93 (388)
Aumento de 40% na PSL Judicial	1.086	87 (310)
Aumento de 25% na PSL Judicial	970	78 (194)
Decréscimo de 5% na PSL Judicial	737	59 39
Aumento de 50% na PDR Judicial	127	10 (42)
Aumento de 40% na PDR Judicial	119	9 (34)
Aumento de 25% na PDR Judicial	106	8 (21)
Decréscimo de 5% na PDR Judicial	81	6 4

4.1.2. Concentração de risco: A Seguradora mantém a gestão dos limites de crédito concedidos por meio da análise das informações constantes em sua base de dados através da avaliação da liquidez, da solvência e da capacidade de geração de resultado dos clientes dos segurados. Utilizam-se ainda infor- mações obtidas de agências de informações para monitorar periodicamente a posição financeira destes a fim de verificar a manutenção dos limites de créditos já concedidos, pois pode-se determinar reavaliações caso ocorra alguma deterioração significativa desde a emissão dos limites de crédito vigentes à época. Concentração de prêmios emitidos por linha de negócio e regiões geográficas.

	31 de dezembro de 2025				
	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
Crédito interno	22.003	95.249	3.125	2.097	1.167
Crédito exportação	1.394	9.581	26	630	(70)
	23.397	104.830	3.151	2.727	1.097

	31 de dezembro de 2024				
	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
Crédito interno	62.376	84.770	9.457	321	1.468
Crédito exportação	505	4.417	36	219	160
	62.881	89.187	9.493	540	1.628

4.1.3. Desenvolvimento de sinistros: De acordo com o CPC 11, aprovado pela SUSEP, a Seguradora deve apresentar os últimos cinco anos de desenvolvimento de sinistros. As pirâmides foram confeccionadas levando-se em consideração os avisos, reavaliações, encerramentos sem indenizações e os devidos paga- mentos. No primeiro triângulo, foram lançados todos os movimentos de avisos, tendo as devidas movimen- tações posteriores sido lançadas tempestivamente de acordo com o desenvolvimento de cada sinistro. No segundo quadrante, a Seguradora apresenta o montante pago ao segurado de acordo com a data do aviso, representado no período em que foi pago. No que tange à movimentação líquida de resseguro, partindo da base anterior, foram extraídos todos os valores ressegurados, bem como, os recuperados juntos aos

resseguradores. A tabela apresentada abaixo está segregada em sinistros administrativos e judiciais.

(a) Sinistros brutos de resseguros em 31 de dezembro de 2025									
Administrativos	Até 2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total		
Sinistros avisados, reavaliados	250.379	20.359	38.634	349.548	162.292	248.318	1.069.530		
No ano do evento do aviso	298.241	22.133	43.946	348.940	161.923	248.318	1.123.501		
Um ano após o aviso	(39.559)	(2.337)	(1.042)	631	369	-	(41.938)		
Dois anos após o aviso	(6.011)	(444)	(3.607)	(23)	-	-	(10.085)		
Três anos após o aviso	(1.600)	1.007	(663)	-	-	-	(1.256)		
Quatro anos após o aviso	(634)	-	-	-	-	-	(634)		
Cinco anos ou mais após o aviso	(58)	-	-	-	-	-	(58)		

(b) Sinistros líquidos de resseguros em 31 de dezembro de 2025									
Administrativos	Até 2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total		
Sinistros avisados, reavaliados	249.940	20.360	38.635	349.547	161.754	189.085	1.009.321		
No ano do evento do aviso	78.941	7.970	18.539	322.620	104.978	189.085	722.133		
Um ano após o aviso	155.858	10.838	19.980	26.596	56.776	-	270.041		
Dois anos após o aviso	11.185	545	116	331	-	-	12.127		
Três anos após o aviso	2.197	1.007	-	-	-	-	3.204		
Quatro anos após o aviso	1.759	-	-	-	-	-	1.759		
Cinco anos ou mais após o aviso	-	-	-	-	-	-	-		

Provisão para sinistros a liquidar									
	Até 2020	(1)	(1)	1	538	59.233	60.209		
	Até 2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total		
Judiciais	-	-	-	-	-	-	-		
Sinistros avisados, reavaliados, pagos	-	810	-	-	-	-	810		
No ano do evento do aviso	5.705	658	-	-	-	-	6.363		
Um ano após o aviso	853	39	-	-	-	-	892		
Dois anos após o aviso	561	27	-	-	-	-	588		
Três anos após o aviso	5.667	51	-	-	-	-	5.718		
Quatro anos após o aviso	(12.786)	35	-	-	-	-	(12.751)		
Cinco anos ou mais após o aviso	-	810	-	-	-	-	810		

(b) Sinistros líquidos de resseguros em 31 de dezembro de 2025								
Administrativos	Até 2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total	
Sinistros avariados, reavaliados	6.636	1.049	1.937	14.256	2.806	5.156	31.841	31,8%
No ano do evento do aviso	8.170	1.113	1.959	14.076	2.673	5.156	33.181	33,1%
Um ano após o aviso	(1.213)	(65)	6	181	133	-	(959)	(0,9%)
Dois anos após o aviso	(219)	(3)	(25)	(1)	-	-	(248)	(0,2%)
Três anos após o aviso	(30)	4	(3)	-	-	-	(29)	(0,0%)
Quatro anos após o aviso	(34)	-	-	-	-	-	(34)	(0,0%)
Cinco anos após o aviso	(58)	-	-	-	-	-	(58)	(0,0%)

continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Seguradora restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições conceituadas no mercado financeiro com *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado e restringindo suas opções de aplicação em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela empresa Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., gestora dos investimentos e pela área financeira. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela Administração da Seguradora. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de propriedades da Seguradora distribuídos por *rating* de crédito conforme agências de risco Fitch Ratings e Standard & Poor's. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2025			
	brAAA	BB	Sem <i>rating</i> Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	20.371	- 20.371
Valor justo por meio do resultado	-	171.744	- 171.744
Tesouro Selic - LFT	-	171.390	- 171.390
Quotas de fundo de investimento	-	354	- 354
Prêmios a receber	-	-	193.710 193.710
Operações com resseguradoras	37.169	-	- 37.169
Exposição Máxima ao risco de crédito	37.169	192.115	193.710 422.994

31 de dezembro de 2024			
	brAAA	BB	Sem <i>rating</i> Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	56.349	- 56.349
Valor justo por meio do resultado	-	136.400	- 136.400
Tesouro Selic - LFT	-	83.454	- 83.454
Quotas de fundo de investimento	-	52.946	- 52.946
Prêmios a receber	-	-	182.534 182.534
Operações com resseguradoras	18.689	-	- 18.689
Exposição Máxima ao risco de crédito	18.689	192.749	182.534 393.972

4.2.4. Ativos de resseguro: O programa e a política de resseguro da Seguradora somente consideram participantes de mercado àqueles com alta qualidade de crédito. A Seguradora repassa em resseguro 97%, em média, de seus prêmios emitidos nos ramos de crédito risco domésticos e crédito interno risco comercial para as seguintes resseguradoras locais com as quais mantém contrato de resseguro: • I IRB Brasil Resseguros S.A. - Rating "A-" pela Standard&Poor's; • II Junto Resseguros S.A. - Rating "brAAA" pela Standard&Poor's; • III Atradius Reinsurance Designated Activity Company - Rating "A1" pela Moody's Corporation. **4.2.5. Gestão de risco de capital:** Em sua gestão de capital a Seguradora visa: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP, (ii) suportar ou melhorar o *rating* de crédito da Seguradora através do tempo e estratégia de gestão de risco e (iii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

5. Aplicações: 5.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

31 de dezembro de 2025			
	Taxa de juros contratada - %	Custo mais rendimentos	Percentual
Tesouro Selic	Selic + 0,1%	67.006	39%
Tesouro Selic	Selic + 0,2%	28.290	16%
Fundo de Investimento Agil	-	25.097	15%
Fundo de Investimento LP	-	51.439	30%
Redução ao Valor Recuperável	-	(88)	-
Total das aplicações financeiras		171.744	100%

31 de dezembro de 2024			
	Taxa de juros contratada - %	Custo mais rendimentos	Percentual
Tesouro Selic	Selic + 0,1%	18.032	13%
Tesouro Selic - LFT	Selic + 0,2%	65.422	48%
Quotas de Fundo de Investimento	-	52.946	39%
Total das aplicações financeiras		136.400	100%

5.2. Composição dos ativos financeiros por classificação e prazo**Composição dos ativos financeiros por classificação e por prazo**

31 de dezembro de 2025				
	Sem vencimento definido	Vencíveis em até um ano	Vencíveis entre um e três anos	Percentual - %
Total das aplicações financeiras	76.448	67.006	28.290	171.744 43%
Letras Financeiras do Tesouro - "Negociação"	-	67.006	28.290	95.296 24%
Quotas de Fundo de Investimentos	76.536	-	-	76.536 19%
Redução ao Valor Recuperável	(88)	-	-	(88) 0%
Total dos empréstimos e recebíveis	-	193.068	37.847	230.915 57%
Prêmios a receber	-	155.899	37.812	193.710 48%
Operações com resseguradoras	-	37.169	-	37.169 9%
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	-	35	35 0%
Total dos ativos financeiros	76.448	260.074	66.137	402.659 100%

Composição dos ativos financeiros por classificação e por prazo

31 de dezembro de 2024				
	Sem vencimento definido	Vencíveis em até um ano	Vencíveis entre um e três anos	Percentual - %
Total das aplicações financeiras	52.946	-	83.454	136.400 40%
Letras Financeiras do Tesouro - "Negociação"	-	-	83.454	83.454 24%
Quotas de Fundo de Investimentos	52.946	-	-	52.946 16%
Total dos empréstimos e recebíveis	-	159.881	41.377	201.258 60%
Prêmios a receber	-	141.192	41.342	182.534 54%
Operações com resseguradoras	-	18.689	-	18.689 6%
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	-	35	35 0%
Total dos ativos financeiros	52.946	159.881	124.831	337.657 100%

5.3. Movimentação das aplicações financeiras

Movimentação			
	Nível 1	Nível 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	80.278		
(+) Rendimentos	10.494	-	10.494
(+) Aplicações	80.714	-	80.714
(-) Resgates	(35.000)	-	(35.000)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado	(73)	-	(73)
(-) IOF	(13)	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	136.400		
(+) Rendimentos	23.225	-	23.225
(+) Aplicações	183.499	-	183.499
(-) Resgates	(171.300)	-	(171.300)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado	-	-	-
(-) IOF	8	-	8
(-) Redução ao Valor Recuperável	(88)	-	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	171.744		

5.4. Estimativa do valor justo: A divulgação por nível, baseia-se nos seguintes conceitos: • Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos. • Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como seguem abaixo:

31 de dezembro de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Total
Tesouro Selic - LFT	95.296	-	95.296
Quotas de fundo de investimentos	-	76.536	76.536
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	(88)	(88)
Total dos títulos para negociação	95.296	76.448	171.744

31 de dezembro de 2024			
	Nível 1	Nível 2	Total
Tesouro Selic - LFT	83.454	-	83.454
Quotas de fundo de investimentos	-	52.946	52.946
Total dos títulos para negociação	83.454	52.946	136.400

6. Crédito das operações: 6.1 Prêmios a receber: (a) Movimentação dos prêmios a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2023			
	Nível 1	Nível 2	Total
(+) Prêmios emitidos	186.631	-	186.631
(-) Prêmios cancelados	(7.859)	-	(7.859)
(-) Recebimentos	(138.451)	-	(138.451)
(+/-) Variação Cambial	1.417	-	1.417
(-) PDD	(79)	-	(79)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	182.534		
(+) Prêmios emitidos	158.107	-	158.107
(-) Prêmios cancelados	(11.246)	-	(11.246)
(-) Recebimentos	(135.202)	-	(135.202)
(+/-) Variação Cambial	(562)	-	(562)
(-) PDD	79	-	79
Saldo em 31 de dezembro de 2025	193.710		

Circulante	155.898
Não-Circulante	37.812

(b) Aging de prêmios a receber

31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	189.270		177.838
Prêmios a vencer	90.553		93.039
De 1 a 30 dias	9.495		7.616
De 31 a 60 dias	13.566		10.204
De 61 a 120 dias	10.662		8.501
De 121 a 180 dias	27.182		17.136
De 181 a 365 dias	37.812		41.342
Acima de 365 dias	4.440		4.696
Prêmios vencidos	3.117		4.696
De 1 a 30 dias	1.240		-
De 31 a 60 dias	83		-
Acima de 61 dias	155.898		141.192
Saldo final	193.710		182.534
Circulante	37.812		41.342
Não-Circulante			

(c) Período médio de parcelamento: Os prêmios emitidos pela Seguradora são fracionados aos segurados, em média, em quatro parcelas com vencimentos bimestrais, para apólices com vigência de um ano.

6.2. Operações com resseguradoras

31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	20.263		4.687
Sinistros pagos	16.906		14.002
Recuperação despesas com sinistros	37.169		18.689

Saldo em 31 de dezembro de 2023		Saldo em 31 de dezembro de 2024	
	373		130.345
Sinistros pagos	(126.031)		(126.031)
Sinistros recuperados	4.687		4.687
Sinistros pagos	241.034		241.034
Sinistros recuperados	(225.458)		(225.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.263		20.263

Saldo em 31 de dezembro de 2023		Saldo em 31 de dezembro de 2024	
	5.951		6.289
Despesa com sinistros pagos	6.289		2.420
Despesa com sinistros recuperados	(657)		(657)
Comissão de Resseguro a recuperar	14.003		14.003
Despesa com sinistros pagos	1.539		1.539
Despesa com sinistros recuperados	2.052		2.052
Comissão de Resseguro a recuperar	(687)		(687)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.906		16.906

7. Ativos de resseguro - provisões técnicas

31 de dezem- bro de 2025		31 de dezem- bro de 2024	
	59.540		55.575
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	2.518		3.241
Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados (IBNeR)	77.886		92.551
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	(242)		(242)
Redução ao Valor Recuperável (RVR)	781		827
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	140.483		152.194
Total dos ativos de resseguro de sinistros e despesas	116.670		120.316
Prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas (PPNG)	116.670		120.316
Total dos ativos de resseguro de prêmios	257.153		272.510
Total de ativos de resseguro - provisões técnicas	219.866		234.063
Circulante	37.287		38.447
Não-Circulante			

8. Arrendamentos: A Seguradora realizou a mensuração inicial de seus ativos e passivos de direito de uso durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em consonância com o CPC 06 (R2), com efeito cumulativo de utilização do pronunciamento na data de aplicação inicial. Os contratos referem-se ao direito de utilização dos imóveis da Seguradora. Os prazos remanescentes de vigência variam de acordo com os diferentes contratos e são renovados periodicamente por aditivos contratuais. O cálculo do valor atual do fluxo de caixa das operações de locação foi dado pela atribuição de uma taxa livre de risco, sendo usada, neste caso, as taxas do CDI, extraídas do site da BM&FBovespa, de operações de longo prazo, que são títulos de renda fixa emitidos entre os bancos, anual e de periodicidade determinada pelo prazo dos contratos na data-base de cálculo. Em 2025, a Companhia transferiu sua sede para um novo escritório, formalizando contrato de locação com vigência de cinco anos. Em decorrência dessa mudança, foi realizado novo estudo técnico para mensuração dos arrendamentos do imóvel, nos termos aplicáveis, resultando no reconhecimento e aumento do ativo não circulante correspondente ao direito de uso. O ativo possui R\$ 2.075 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 530 em 31 de dezembro de 2024). O Passivo possui R\$ 2.623 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 544 em 31 de dezembro de 2024). A demonstração do resultado do exercício possui R\$ 1.310 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 785 em 31 de dezembro de 2024), referentes à atualização do estudo supramencionada.

9. Títulos e créditos a receber: 9.1. Créditos tributários e previdenciários: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% do lucro para fins de tributação nos termos da legislação em vigor. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. Tais créditos tributários são reconhecidos à medida que a Seguradora efetua a adição da conta de provisão em seu Lalur e posteriormente são baixadas na medida em que ocorrem tais despesas, escrituradas em seu balanço nas contas de crédito tributário CSLL e IRPJ diferidos, R\$ 666 (R\$ 531 em 31 de dezembro de 2024), com expectativa de realização dentro do próprio exercício.

31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	-		-
Impostos a compensar	666		531
IRPJ e CSLL sobre adições temporárias	666		531

9.1.1 Créditos tributários de diferenças temporárias: a) Expectativa de realização

Diferenças Temporárias			
	IRPJ	CSLL	Total Registrados
Constituído	747	449	1.196
Em 2024	331	199	530
Em 2025	416	250	666
Realizado	(331)	(199)	(530)
Em 2025	(331)	(199)	(530)
A realizar	(416)	(250)	(666)
	(416)	(250)	(666)

b) Detalhamento dos saldos de constituição

Natureza dos Créditos			
	Bases	IRPJ 25%	CSLL 15%
Provisão Gratificação	863	216	130
Provisão PLR	141	35	21
Provisão auditoria	245	61	37
Ajuste ao valor de mercado LFT	355	89	53
Provisão Publicação	60	15	9
Totais	1.664	416	250

10. Custos de aquisição diferidos: 10.1. Premissas: O Custo de Aquisição Diferido (CAD) é constituído com base nas comissões pagas e a pagar aos corretores e tem por objetivo diferir as parcelas correspondentes ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método prorata dia. Seu prazo de diferimento é de acordo com a vigência da apólice.

31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	18.111		17.538
Crédito interno	1.210		810
Crédito à Exportação	19.321		18.348
	13.277		12.893
Circulante	6.044		5.455
Não circulante			

10.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2023		Saldo em 31 de dezembro de 2024	
	15.610		7.614
(+) Constituições	(4.875)		(4.875)
(-) Amortizações	18.349		18.349
(+) Constituições	5.672		5.672
(-) Amortizações	(4.699)		(4.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.321		19.321

10.3 Prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos

31 de dezembro de 2025					
	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	Superior a 1 ano
	4.491	1.019	521	7.246	6.044
	4.491	1.019	521	7.246	6.044

31 de dezembro de 2024					
	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	Superior a 1 ano
	4.794	824	1.023	6.251	5.456
	4.794	824	1.023	6.251	5.456

11.1. Imobilizado

31 de dezembro de 2025			
	Depreciação - % a.a.	Custo aquisição	Valor acumulado líquido
Equipamentos	20	2.338	(623)
Móveis	10	424	(11)
Veículos	20	-	-
Benfeitor			



Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

CNPJ nº 08.587.950/0001-76

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.1.3. Movimentação do saldo de passivos de contratos de seguros Judiciais

	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2023	725	(667)	58
Sinistros avisados e ajustados no período	51	(47)	4
Sinistros pagos	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	776	(714)	62
Sinistros avisados e ajustados no período	34	(31)	3
Sinistros pagos	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	810	(745)	65

Provisão de Despesas Relacionadas JUD (PDR)

	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2023	79	(73)	6
(+) Constituição	6	-	6
(-) Reversão	-	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	85	(78)	7
(+) Constituição	4	-	4
(-) Reversão	-	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	89	(81)	8

A Seguradora não possui uma metodologia própria para o provisionamento das ações judiciais provenientes de sinistro, visto que não há histórico de ações anteriores. Deste modo, a Administração baseia-se nas informações de seu escritório jurídico, que classificou a única ação existente como “perda possível”. A Administração, com base em sua avaliação conservadora do risco, contudo, concluiu por efetuar uma provisão de 100% do valor reclamado, acrescido das devidas correções.

	31 de dezembro de 2025
	Valor corrigido
Probabilidade de Perda	Quantidade Valor reclamado e provisionado (%) Provisionado
Possível	1 578 810 140%
Total	1 578 810 140%

	31 de dezembro de 2024
	Valor corrigido
Probabilidade de Perda	Quantidade Valor reclamado e provisionado (%) Provisionado
Possível	1 578 776 134%
Total	1 578 776 134%

15.1.4. Garantias dos passivos de contratos de seguros

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Provisões técnicas de seguros	327.405	340.164
Ativos redutores	(274.391)	(278.675)
Total a ser coberto	53.014	61.489
Letras Financeiras do Tesouro	95.296	83.454
Excesso de ativos	42.282	21.965

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital Social: Corresponde substancialmente ao capital estrangeiro e está representado por 42.657.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Capital Social da Seguradora está dividido em dois acionistas: Atradius Crédito y Caución S.A de Seguros y Reaseguros, sediada na Espanha, possui 99,99% das ações enquanto a Crédito y Caución do Brasil Gestão de Risco de Crédito e Serviços Ltda, sediada no Brasil, possui 0,01%. No exercício de 2025, a Companhia fez o aumento de seu capital social no montante de R\$ 24.000, mediante a capitalização de reservas de lucros. O aumento foi feito mediante O aumento do capital não resultou em ingresso de novos recursos financeiros e teve como efeito a reclassificação entre valores do patrimônio líquido, sem impacto no resultado do exercício.

16.2. Reserva de lucros

Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023	39.906
Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2024	23.926
Reserva legal - 5%	1.196
Reserva estatutária	22.730
Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024	63.832
Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2025	14.769
Aumento do Capital Social	(24.000)
Reserva legal - 5%	738
Reserva estatutária	14.030
Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025	54.600

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. Por proposta da Administração, o saldo da reserva estatutária está retido nos termos da

Lei Societária e sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral. **16.3. Dividendos mínimos:** São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária. Não obstante, a administração, consultado o acionista controlador, entende que os dividendos mínimos obrigatórios não necessitam ser distribuídos nos exercícios financeiros de 2025 e de 2024, devendo, por outro lado, fortalecer seu Patrimônio Líquido e, consequentemente, sua solvência.

16.4. Cálculo do patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido: De acordo com a Resolução CNSP nº 432/21, o patrimônio líquido ajustado (PLA) passou a ser calculado em três níveis: PLA de nível 1 - calculado com base no patrimônio líquido contábil, inciso I do artigo 56; PLA de nível 2 - calculado com base nos ajustes associados à variação dos valores econômicos, inciso II do artigo 56; PLA de nível 3 - calculado pela soma dos acréscimos contábeis no PLA, inciso I do artigo 56. Conforme a referida Resolução CNSP, as supervisionadas deverão apresentar mensalmente, quando do fechamento dos balancetes mensais, PLA igual ou superior ao CMR e, a qualquer tempo, suficiência de cobertura de provisões técnicas, respeitando: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

31 de dezembro de 2025	119.089
Despesas antecipadas	(210)
Ativos intangíveis	(584)
Créditos tributários de diferenças temporárias	(666)
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (Nível 1) (a)	117.630
% Cobertura em relação ao CMR	377,3%
Superávit entre as provisões constituídas e fluxo das entradas e saídas de prêmios	7.433
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (Nível 2) (b)	7.433
% Cobertura em relação ao CMR	23,8%
Créditos tributários de diferenças temporárias	(666)
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (Nível 3) (c)	666
% Cobertura em relação ao CMR	2,13%
PLA total - Soma de (a), (b) e (c)	125.728
Suficiência do PLA em relação ao CMR	94.554
% Cobertura em relação ao CMR	303,31%
Capital de risco (d)	31.174
Capital de risco de subscrição	11.810
Capital de risco de crédito	13.797
Capital de risco operacional	1.342
Capital de risco de mercado	14.531
(-) Correlação entre os riscos de subscrição, crédito e mercado	(10.306)
Capital base (e)	8.100
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre (d) e (e)	31.174

17. Detalhamento das contas do resultado

	2025	2024
Prêmios emitidos	135.202	163.727
Variação das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	286	(31.766)
Prêmios ganhos	135.488	131.961
Sinistros ocorridos	(219.984)	(2.425)
Indenizações avisadas	(249.609)	(161.256)
Despesas com sinistros	(1.944)	(773)
Variação de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	14.509	(73.600)
Variação das despesas relacionadas ao IBNR	67	(364)
Ressarcimentos	16.993	233.568
Custo de aquisição	(17.169)	(15.102)
Comissão sobre prêmios emitidos	(18.142)	(17.841)
Variação do Custo de Aquisição Diferido (DAC)	973	2.739
Outras receitas e despesas operacionais	(369)	(674)
Outras despesas com operações de seguros	(369)	(674)
Resultado com resseguro	129.620	(73.488)
Receitas com resseguro	245.619	159.180
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	(14.664)	73.399
Variação da despesa relacionada do IBNR -Resseguro	(67)	363
Despesas com resseguro	(97.252)	(114.233)
Cancelamentos de resseguro	1.234	1.587
Restituição de resseguro	8.021	6.633
Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	3.723	(703)
Variação da despesa de resseguro	(2.479)	20.042
Receita com participação em lucros	2.054	2.420

DIRETORIA	Daniel Nobre Martins Pinheiro Diretor Presidente	Luís Carlos Fernandes Diretor Administrativo e Financeiro	Márcio dos Anjos Vieira Diretor Técnico	Mario Henrique Spada Macedo Gerente Contábil e Financeiro - CRC 1SP344697/O-6	Atuário Responsável Cristina Mano - MIBA 900
------------------	--	---	---	---	--

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, “itens auditados”), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Responsabilidade da administração: A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial,

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas; julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional.

continuação...

Ressarcimento		2025	2024
		(16.569)	(222.176)
Despesas administrativas		(19.956)	(17.501)
Pessoal próprio		(12.806)	(11.740)
Serviços de terceiros		(4.308)	(3.787)
Localização e funcionamento		(2.652)	(1.855)
Publicações		(54)	(49)
Administrativas diversas		(136)	(71)
Despesas com tributos		(4.442)	(4.834)
Tributos		(4.442)	(4.834)
Resultado financeiro		22.350	22.493
Receitas financeiras		31.146	34.675
Receita com títulos de renda fixa		11.912	8.361
Receitas financeiras com Operações de Seguros		4.621	3.237
Receita com aplicação automática conta corrente		13.175	11.101
Receita sobre créditos tributários		-	37
Outras receitas com oscilação cambial		1.438	11.939
Despesas financeiras		(8.796)	(12.182)
Outras despesas financeiras com operações de seguros		(4.068)	(8.929)
Variação cambial		(4.586)	(3.108)
Ajuste ao valor de mercado - LFT		(142)	(145)
Resultado operacional		25.538	40.430

18. Índice de sinistralidade e comissionamento

			31 de dezembro de 2025	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de Aquisição	- %	- %
	128.501	(219.100)	(16.486)	171%	13%
	6.987	(884)	(683)	13%	10%
	135.488	(219.984)	(17.169)		

			31 de dezembro de 2024	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de Aquisição	- %	- %
	123.650	(2.331)	(14.237)	2%	12%
	8.312	(94)	(865)	1%	10%
	131.962	(2.425)	(15.102)		

No exercício de 2024, a Seguradora registrou ressarcimentos decorrentes dos sinistros indenizados no ano de 2023, contribuindo de forma relevante na redução da sinistralidade do período. Já em 2025, verificou-se uma sinistralidade elevada, atribuída à riscos no segmento do agronegócio, com destaque para sinistros relacionados a área do agronegócio. Esses eventos explicam, de maneira substancial, as variações observadas nos índices de sinistralidade entre os exercícios comparativos.

19. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e após as participações sobre o resultado	25.215	25.215	40.272	40.272
Provisões dedutíveis quando pagas	2.194	2.194	1.489	1.489
Despesas não dedutíveis	890	423	714	319
Ajustes positivos de TVM	54	54	145	145
Ajustes negativos de TVM	(63)	(63)	(72)	(72)
Pagamento de provisões adicionadas	(1.614)	(1.614)	(1.608)	(1.608)
Lucro Real	26.678	26.209	40.940	40.545
IRPJ - 15%	(4.002)	-	(6.141)	-
IRPJ - 10%	(2.644)	-	(4.070)	-
CSLL - 15%	-	(3.934)	-	(6.082)
Créditos tributários sobre diferenças temporais	81	51	(33)	(19)
Pagamento a maior de CSLL	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.565)	(3.883)	(10.244)	(6.101)

20. Partes Relacionadas: A Administração do grupo Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. recebeu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 3.639 (R\$ 3.470 em 31 de dezembro de 2024) dos quais R\$ 2.343 (R\$ 2.232 em 31 de dezembro de 2024) são provenientes de salário, R\$ 544 (R\$ 395 em 31 de dezembro de 2024) são gratificações e R\$ 752 (R\$ 843 em 31 de dezembro de 2024) são benefícios.

21. Eventos Subsequentes: Não foram identificados pela Administração eventos subsequentes que mereçam divulgação.

Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

pwc	São Paulo, 27 de fevereiro de 2026
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.	
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - 17º andar - parte 5	
Edifício Adalmeiro Dellape Baptista B32	
São Paulo - SP - 04538-132	
CNPJ 02.646.397/0001-19	Vinicius Oliveira Cecaroli
CIBA 105	MIBA 2699

Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. • Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

pwc	São Paulo, 27 de fevereiro de 2026
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.	
CRC 2SP000160/O-5	Thais Helena Ferreira Farat Cosentino
	Contadora
	CRC 1SP260324/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>